

DOCTRINA

O Novo Código Civil e as Alterações do Instituto da Denúnciação da Lide, de “Lege Ferenda”

Athos Gusmão Carneiro

*Ministro aposentado do STJ. Presidente do Conselho do IBDP.
Da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.*

O Código de Processo Civil apresenta na “intervenção de terceiros” um dos temas detidamente regulamentados; assim, em mais de trinta anos de vigência, as diversas modalidades de intervenção foram mantidas sem mudanças legislativas, embora as ponderações, partidas de operadores do direito de notório saber, a respeito de equívocos de ordem técnica e da possibilidade e necessidade de serem modificadas certas normas diante de exigências e situações que a prática forense e/ou a análise doutrinária vieram a revelar.



Em se cuidando da “denúnciação da lide”, as alterações se fazem urgentes, inclusive em face de inovadoras normas do vigente Código Civil (2002).

A denúnciação da lide, como tivemos ocasião de expor em sede doutrinária (*Intervenção de Terceiros*, 17ª ed., Saraiva, 2008, nº 41 e ss.), apresenta-se no Direito brasileiro como uma antecipada ação regressiva, *in simultaneus processus*, proponível tanto pelo autor (caso pouco freqüente) como pelo réu, sendo citado como denunciado aquele terceiro contra quem o denunciante terá uma pretensão indenizatória, pretensão “de reembolso”, caso ele, denunciante, venha a sucumbir na ação principal.

Teremos, pois, “duas ações”, duas relações jurídicas processuais; mas um só processo, uma mesma instrução, uma mesma sentença para ambas as ações, a principal e a resultante da denúnciação.

Apresenta a denúnciação duas finalidades:

- a) o terceiro, porque juridicamente interessado, é convocado ao processo para colaborar na defesa dos interesses do denunciante;
- b) o terceiro é convocado para indenizar os danos que a parte que o convocou venha a sofrer, caso perca a demanda.

Em Direito comparado, ora prepondera um desses objetivos, ora o outro. No Direito pátrio, o instituto soma ambos os propósitos, mas é de convir que o objetivo principal é o de ressarcimento; a denúnciação “se converte na verdadeira proposição de uma ação de regresso antecipada, para a eventualidade da sucumbência do denunciante” (Barbosa Moreira, *Estudos sobre o Novo CPC*, Liber Juris, 1974, p. 87), ficando em “aspecto secundário o aspecto da obrigação ou do ônus da defesa em juízo” (Aroldo Plínio Gonçalves, *Da Denúnciação da Lide*, Forense, 1983, pp. 165-170).

Vejamos as propostas, *de lege ferenda*.



Lei vigente	Redação proposta
<p>“Art. 70. A denunciação da lide é obrigatória: I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta; ...”</p>	<p>“Art. 70. Cabe a denunciação da lide: I - ao alienante imediato, ou a qualquer dos anteriores na cadeia dominial, na ação relativa à coisa cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta; ...”</p>

A atual redação do art. 70 ressoa-se de manifestos equívocos, pelo teor “desatento à técnica processual”, como disse Arruda Alvim (*Manual de Direito Processual Civil*, v. 2, 10ª ed., RT, nº 69, p. 164).

E esta desatenção inicia-se pela referência, no art. 70, I, ao “terceiro que reivindica a coisa”, quando é certo que o “terceiro”, processualmente falando, será o “alienante”, que ingressará na relação processual como denunciado; a pessoa que reivindica a coisa é, isto sim, o “autor” da demanda principal. A nova redação corrige tal equívoco.

Em segundo lugar, nem sempre a denunciação da lide é “obrigatória”, cumprindo fazer uma distinção: nos casos de *garantia própria*, derivada da transmissão de direitos (evicção), a não-denunciação irá ocasionar a perda da pretensão regressiva contra o alienante; já nos casos de *garantia imprópria*, vinculada à responsabilidade civil, a não-denunciação não impede a posterior propositura de autônoma ação de regresso (Aroldo Plínio Gonçalves, *Da Denunciação da Lide*, Forense, 1983, p. 223 e passim).

A doutrina inclinou-se decisivamente no sentido de que a “obrigatoriedade” (*recitius*, o ônus) de denunciar, sob pena de perder “o direito que da evicção lhe resulta”, decorre da lei material e não da lei processual e, assim, só ocorre no caso do item I (Agrícola Barbi, *Comentários Código de Processo Civil*, 10ª ed., Forense 1998, nº 407; Theodoro Júnior, *Curso de Direito Processual Civil*, v. I, 44ª ed., nº 116; Arruda Alvim, *Manual...*, cit., v. 2, nº 68, p. 160).

Em terceiro lugar, a referência a “ação reivindicatória” é substituída pela menção a “ação relativa à coisa”. Com efeito, a limitação da denunciação da lide às demandas reivindicatórias revela-se errônea, pois a coisa pode ser perdida, ou ter sua utilidade restringida, em consequência de outras ações, como bem afirmou, em sede doutrinária, o Min. Sydney Sanches, aludindo a ações possessórias, anulatórias de título aquisitivo, confessórias de servidão, demarcatórias etc. (“Denunciação da Lide”, *Revista de Processo* 34/51). No magistério de Agrícola Barbi: “Para que a garantia contra a evicção produza os resultados queridos pela lei civil, a denunciação deve ser admitida toda vez que houver ação do denunciante, ou contra ele, e de que possa resultar a perda da coisa por direito anterior à alienação.” (*Comentários...*, cit., nº 403)

Em quarto lugar, a lei material já agora em vigor dispõe que a denunciação não se fará exclusivamente ao “alienante” imediato da coisa à parte denunciante (como estava no art. 1.116 do CC de 1916), mas sim, poderá ser feita a “qualquer” ante-

rior transmitente na cadeia dominial, tal como consta do vigente Código Civil, *verbis*:

“Art. 456. Para poder exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo.

Parágrafo único (...)”

Assim, a proposta de alteração do art. 70, I, busca a necessária harmonização entre a lei processual e o novo regramento trazido pelo Código Civil vigente. A denúncia da lide poderá ser feita não apenas a quem diretamente alienou a coisa ao denunciante, como a qualquer dos anteriores na cadeia dominial (o alienante imediato pode ter caído em insolvência, ou estar em lugar incerto etc.). Utilizando esta faculdade, o prejudicado pela evicção é favorecido pela escolha, que poderá agora fazer, daquele antecessor dominial que esteja em melhores condições de indenizá-lo na demanda regressiva (nosso *Intervenção de Terceiros*, 17ª ed., Saraiva, 2008, nº 53.1), assim surgindo uma solidariedade entre os anteriores titulares dominiais, perante aquele adquirente que veio a sofrer evicção (Theodoro Júnior, *estudo na revista Síntese*, 32/27).

<i>Lei vigente</i>	<i>Redação proposta</i>
<p>“Art. 73. Para os fins do disposto no art. 70, o denunciado, por sua vez, intimará do litígio o alienante, o proprietário, o possuidor indireto ou o responsável pela indenização e, assim, sucessivamente, observando-se, quanto aos prazos, o disposto no artigo antecedente.”</p>	<p>“Art. 73. Para os fins do disposto no art. 70, I, o denunciado, por sua vez, requererá a citação do alienante anterior, e assim sucessivamente, observando-se, quanto aos prazos, o disposto no artigo antecedente.</p> <p>§ 1º O juiz poderá indeferir as sucessivas denúncias da lide, quando sugerirem expediente protelatório ou importarem demasiada demora no andamento do processo, ficando resguardado o direito a autônomas ações de regresso.</p> <p>§ 2º As denúncias poderão ser requeridas coletivamente, em caso de insolvência ou de ausência de algum dos antecessores na cadeia dominial.”</p>

Estamos frente à questão das chamadas “denúncias sucessivas”, já admitidas pela doutrina e jurisprudência majoritárias, mas capazes de causar, quando utilizadas com propósito protelatório, os maiores prejuízos à efetividade do processo (Arruda Alvim, *Manual...*, cit, nº 68, p. 162).

Vejamos as alterações propostas. No inciso I, é prevista a “citação”, pelo denunciado, do alienante anterior, afastando-se a atual referência a “intimação”, fonte de equívocos e dúvidas da doutrina. E as denúncias sucessivas ficarão autorizadas

apenas nos casos de “evicção” - art. 70, I, eis que se cuida de expediente desaconselhado nos demais casos, mesmo porque permanecerá a possibilidade de o denunciado, mais tarde, ajuizar demanda regressiva autônoma.

Pelo parágrafo 1º, é expressamente previsto que o magistrado indefira a denúncia sucessiva quando dela possa resultar demasiada demora no andamento do processo, com prejuízo ao demandante, como aliás decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, por sua 4ª Turma, em acórdão de que fomos relator (REsp nº 9.876, de 1991).

Pelo parágrafo 2º, são previstos os casos de “denúnciação coletiva”, aliás já preconizada, com excelentes fundamentos, por Moniz de Aragão (artigo na *Revista do Instituto dos Advogados do Paraná* nº 1, 1979; e na revista *Ajuris*, 25/22).

<i>Lei vigente</i>	<i>Redação proposta</i>
<p>“Art. 75. Feita a denúncia pelo réu: I - se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado; II - se o denunciado for revel, ou comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até final; III - se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, poderá o denunciante prosseguir na defesa.”</p>	<p>“Art. 75. Feita a denúncia pelo réu: I - se o denunciado contestar o pedido formulado na ação principal, <i>esta ação</i> prosseguirá entre o autor, de um lado, e do outro o denunciante e o denunciado, em litisconsórcio; II - se o denunciado for revel, sendo manifesta a procedência da ação de regresso, pode o denunciante deixar de oferecer contestação, ou abster-se de usar de recursos; III - procedente a ação principal, pode o autor, se for caso, executar a sentença também contra o denunciado, nos limites em que este foi condenado na ação regressiva; IV - se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o denunciante poderá prosseguir em sua defesa ou, aderindo a tal reconhecimento, pedir apenas a procedência da ação de regresso.”</p>

A nova redação, atribuída ao inciso I, inicialmente corrige imperfeição da lei atual, pois a expressão “se o denunciado a aceitar” dá a falsa impressão de que o denunciado poderia “recusar-se” a figurar como réu na ação regressiva; entretanto, das duas uma:

a) ou o denunciado, citado, comparece aos autos e contesta, podendo inclusive arguir, em sua defesa, a prefacial de não ser caso de denúncia da lide, com a conseqüente extinção da demanda regressiva;

b) ou o denunciado, citado, não comparece aos autos, e então tornar-se-á revel, suportando os efeitos da revelia na ação regressiva.

Além disso, fica explicitado que a “contestação do pedido” diz respeito ao pedido formulado *na ação principal*, tanto que, se o denunciado contestar tal pedido, tornar-se-á “litisconsorte do réu nessa ação principal”. A redação sugerida irá apagar, parece-nos, as muitas dúvidas sobre a posição processual do denunciado, nos termos do atual item I.

Assim, procedentes a ação principal e a denunciação, será sem dúvida possível ao autor promover o *cumprimento da sentença* não apenas contra o réu como também contra o denunciado, este na qualidade de litisconsorte na ação principal. Aliás, mesmo face à lei atual o Ministro Ruy Rosado, em decisão no STJ, já endossou esta orientação, afirmando que “o instituto da denunciação da lide, para servir de instrumento eficaz à melhor prestação jurisdicional, deveria permitir ao juiz proferir sentença favorável ao autor, quando fosse o caso, também e diretamente contra o denunciado, pois afinal ele ocupa a posição de litisconsorte do denunciante” (REsp nº 77.590, ac. de 15.10.1996, julgamento unânime, RSTJ 93/320).

Pelo *item II*, em sendo o denunciado revel, o denunciante não mais estará obrigado a prosseguir em sua defesa “até final”, mesmo porque pode acontecer que não encontre ele argumentos razoáveis para impugnar a pretensão do autor. A redação agora proposta colocará, outrossim, a lei processual em consonância com a lei material, mesmo porque (no alusivo à evicção) o artigo 456 do Código Civil (2002) passou a dispor:

“Art. 456 (...)

Parágrafo único. Não atendendo o alienante à denunciação da lide, e sendo manifesta a procedência da evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos.”

Cassio Scarpinella Bueno, comentando a regra do atual inciso II, pergunta: “como, se o réu denunciante estiver convicto de que ao autor assiste razão, e o denunciado mantém-se revel, irá ele réu prosseguir ‘na defesa até final’ sem incorrer nas sanções previstas para o litigante de má-fé?” (*Partes e Terceiros no Processo Civil Brasileiro*, Saraiva, 2003, p. 254).

Diga-se que Fredie Didier Jr., com boa razão, sustenta que a revogação do parágrafo II do art. 70 terá sido total, e não apenas relativamente aos casos de evicção (artigo na *Revista Dialética de Direito Processual*, 14/31).

Pelo *item III*, fica explicitada a possibilidade de o autor executar a sentença também contra o denunciado, nos limites em que foi este condenado na ação regressiva.

Neste passo lembremos que Humberto Theodoro Júnior alude à exegese tradicional no sentido de que a parte autora na ação principal não teria legitimidade para executar o denunciado, por inexistir relação de direito material entre ambos; todavia, com expressa referência à nossa posição doutrinária (*Intervenção de Terceiros*, 17ª ed., itens 56.1 a 56.4), vem ele a aceitar uma “moderna visão”, atenta à “garantia de efetividade da prestação jurisdicional”, sustentando então que “mesmo que não se veja uma relação creditícia direta entre o autor e o denunciado, não há razão para, funcionalmente, se lhe negar uma sub-rogação nos direitos do réu denunciante”.

te em face do terceiro denunciado, no que diz respeito à garantia a seu cargo” (*Curso...*, cit., 44ª ed., nº 120-b, p. 150).

São interessantes, a respeito da “execução direta” do denunciado, os estudos publicados por Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni (revista *Jurídica*, 325/63) e por Daniel Ustárriz (revista *Jurídica*, 323/56).

Pelo inciso IV, coerentemente com as normas dos incisos anteriores, caso o denunciado venha a confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o réu denunciante terá a opção:

- a) caso entenda que os fatos não ocorreram, ou ocorreram de forma diversa, ou que deles não decorre a consequência jurídica pretendida pelo demandante, o réu prosseguirá em sua defesa;
- b) caso concorde com a confissão, irá limitar-se a sustentar a procedência da denunciação da lide.

<i>Lei vigente</i>	<i>Redação proposta</i>
“Art. 76. A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.”	“Art. 76. Sendo o denunciante vencido na ação principal, a sentença julgará também a denunciação da lide; se vencedor, a ação de denunciação será declarada extinta.”

Agrícola Barbi, dentre muitos, menciona as “impropriedades” contidas no texto atual do art. 76 (*Comentários ao CPC*, cit., nºs 431 e 432). Em primeiro lugar, a norma parte do (falso) pressuposto de que a denunciação é sempre promovida pelo réu, e assim a sucumbência deste leva às demais consequências; esquece, portanto, que a denunciação também pode partir do autor (arts. 71 e 74), caso em que a condenação do denunciado pressupõe a “improcedência” da ação principal.

Além disso, o atual texto dispõe que a sentença “declarará” o direito do evicto: ora, a sentença de procedência não é declaratória, mas condenatória, tanto que vale como título executivo; e nem sempre o caso será de evicção, pois não o é em hipóteses do art. 70, II, e nas hipóteses do art. 70, III.

A redação proposta pretende superar tais equívocos, frisando o principal: ação e denunciação devem ser apreciadas na mesma sentença - *in simultaneus processus*. A sucumbência do denunciante na ação principal implica o julgamento, em seu mérito, da ação regressiva; a vitória do denunciante faz com que não surja pretensão regressiva e, assim, o denunciante será julgado carecedor da ação de regresso.